

Relatório de Gestão e Contas 2022

PBM
A.
T.
D
F
R

Denominação social:

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de
França

Sede:

R. Francisco Pedro Curado, 1

1170-139 Lisboa

Início: Julho de 1967 (Jardim Infantil e ATL)

Contribuinte: 500846782

CAE (Principal): 87902 – Atividades de apoio social com
alojamento n.e.

PB
A.
P
H

Corpos Gerentes

Direção

Presidente: Padre Bartolomeu dos Mártires Furtado de Mendonça Teixeira da Mota

Vice-presidente: Maria Isabel Gonçalves Serras Pacheco

Secretário: António Marques Lopes Ferreira

Tesoureiro: Maria Luísa Simões Oliveira

Vogal: Maria Teresa Tomás dos Santos Alexandre

Conselho Fiscal

Presidente: Victor Manuel Gaspar Santos

Secretário: Virgílio Emanuel dos Reis Rivotti

Vogal: Ernestina da Conceição dos Santos Ferreira Pinheiro Farias Martins

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de França

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de França é uma Instituição Particular de Solidariedade Social canonicamente ereta, registada a título definitivo na Direção Geral da Segurança Social, desde 27/09/1984, no Livro 02 das Fundações de Solidariedade Social, sob o número 57/84, a folhas 80 verso e 81, tem como:

- ❖ **Missão:** cooperar com as famílias mais carenciadas prestando um serviço de qualidade de forma atenta, inovadora e proactiva, focado no utente, respondendo às suas necessidades e superando as suas expectativas.
- ❖ **Visão:** Ser uma instituição de referência da economia social em Portugal e reconhecida como parceiro nuclear do desenvolvimento e inovação a nível local e nacional.
- ❖ **Valores:** Competência, Dedicção, Confiança, Respeito pela individualidade, Proximidade, Honorabilidade, Transparência.

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 13º, do Decreto-Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de Novembro, submetem-se à apreciação do Conselho Fiscal o Relatório e Contas do exercício de 2022.

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de França é constituído atualmente por nove respostas sociais: Pré-escolar e Centro de atividades de tempos livres, o qual se divide em CATL Clássico com almoço, CATL Extensões de horário sem almoço e CATL Não participado na área infantil e juvenil; Estrutura residencial para idosos, Centro de dia, Sala de convívio, Apoio domiciliário e Residências Padre Damião na área de idosos.

O número médio de utentes das respostas sociais acima mencionadas durante 2021 foi o constante do quadro seguinte:

Respostas sociais	Utentes	
	2022	2021
Pré-escolar	71	71
CATL Clássico c/almoço	98	97
CATL EHIL s/almoço	40	40
CATL Não Participado	20	20
ERPI	35	34
Centro de dia	50	44
Sala de convívio	9	9
Apoio domiciliário	149	160
Residências Padre Damião	15	15
Total	487	490

PRM
A.
F.
#

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de França

Análise económica e financeira

I - Análise económica

- a) As políticas contabilísticas estão de acordo com o novo regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC/ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 9 de Março, salientando que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados em relação às receitas, despesas e pagamentos efetuados. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico em relação à atividade da Instituição.
- b) As receitas realizadas tiveram origem no recebimento das mensalidades dos utentes, nas participações do ISS, no arrendamento habitacional e não habitacional, na venda de energia à rede e nos donativos.
- c) As despesas foram baseadas em critérios definidos pela Direção, repartindo-se em gastos de funcionamento.

O ano de 2022 começou por se afirmar como o ano de recuperação económica, com o regresso à normalidade do dia a dia. Todavia, o eclodir do conflito na Ucrânia que provocou uma crise mundial com forte impacto a nível económico e social, inviabilizou esta retoma.

A principal consequência foi a forte inflação sentida que atingiu os 8,1%, conforme Boletim Económico do Banco de Portugal, do mês de Dezembro de 2022, com impacto muito negativo sobre as famílias e as organizações.

A nível do Centro teve como consequência a redução de algumas mensalidades por força do desemprego verificado nos sectores mais vulneráveis, nomeadamente na restauração e nas limpezas, embora no geral as prestações de serviços evidenciem uma variação positiva em relação ao estimado.

No lado dos gastos, o Centro teve de enfrentar as tendências do mercado e acompanhar a subida dos preços por via da inflação.

Neste contexto, foi esperado um cenário negativo, porém tal veio a exceder as expectativas da Direção que de acordo com os valores estimados, apontava para um resultado negativo na ordem dos 43 mil euros, contudo a realidade é bem diferente e é com muita preocupação que comunicamos ter sido o resultado do exercício antes de impostos, negativo, no valor de 165.767,45 euros, o qual, no nosso entendimento, se fica a dever a:

Relativamente aos rendimentos, o decréscimo do valor recebido das participações sociais, em quase 22 mil euros.

No que diz respeito aos gastos, o nível inflacionário dos bens e serviços, dos quais destacamos o aumento da energia e fluidos.

As despesas com o pessoal é outro dos itens que mais contribuiu para o prejuízo obtido, com um desvio em relação ao estimado de quase 160 mil euros. Os quais são justificados pelo número elevado de horas extraordinárias da ERPI.

PBM
40
H

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de França

Reconhecemos que este número cresceu exponencialmente devido à AAGI ter cessado a sua parceria e, por via dessa decisão, deixámos de contar com os efetivos que vinham preencher as faltas nos turnos de serviço.

A decomposição do resultado líquido por respostas sociais e em comparação com o exercício anterior é a constante do quadro abaixo.

Salienta-se que o resultado do programa Desporto Mexe Comigo foi englobado nas três valências da infância.

Respostas sociais	Exercício		Variação	
	2022	2021	Valor	%
Pré-escolar	-63 053,03	-12 596,08	-50 456,95	400,58%
CATL Clássico c/almoço	-129 132,17	-62 163,65	-66 968,52	107,73%
CATL EHIL s/almoço	-55 636,87	-12 800,47	-42 836,40	-334,65%
Centro de dia	-9 389,71	4 991,14	-14 380,85	-288,13%
ERPI	-320,42	41 952,85	-42 273,27	-100,76%
Residências Padre Damião	-4 013,59	-13 213,07	9 199,48	-69,62%
Apoio domiciliário	110 337,02	99 141,94	11 195,08	11,29%
Sala de convívio	-12 602,79	-12 920,39	317,60	2,46%
CATL Não Participado	-1 955,89	-23 350,91	21 395,02	92%

Na análise comparativa com o exercício anterior constata-se um aumento dos rendimentos e ganhos em 4,48 %, e um aumento dos gastos e perdas em 12,72 %.

Rubricas	Exercício		Variação	
	2022	2021	Valor	%
Total dos rendimentos e ganhos	2 231 342,70	2 135 729,75	95 612,95	4,48%
Total dos gastos e perdas	2 397 110,15	2 126 688,39	270 421,76	12,72%

Em termos de estrutura de “Rendimentos e ganhos” e de “Gastos e perdas”, a composição é a seguinte:

Rendimentos e ganhos

Rubricas	Previsto	Realizado	Variação	
			Valor	%
Prestação de serviços	772 200,00	788 287,27	16 087,27	2,08%
Subsídios à exploração	1 421 600,00	1 399 615,71	-21 984,29	-1,55%
Outros rendimentos e ganhos	39 000,00	43 439,72	4 439,72	11,38%
Juros, dividendos e similares	10,00	0,00	-10,00	-100,00%

B.M.
A.G.
T.O.
H.

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de França

Gastos e perdas

Rubricas	Previsto	Realizado	Variação	
			Valor	%
Custo das merc vend e mat cons	409 200,00	413 174,26	3 974,26	0,97%
Subcontratos	180 000,00	130 132,18	-49 867,82	-27,70%
Serviços especializados	130 000,00	114 609,01	-15 390,99	-11,84%
Materiais	37 500,00	37 087,49	-412,51	-1,10%
Energia e fluidos	78 000,00	103 216,29	25 216,29	32,33%
Deslocações estadas e transportes	9 600,00	10 892,39	1 292,39	13,46%
Serviços diversos	102 000,00	93 397,47	-8 602,53	-8,43%
Gastos com pessoal	1 260 600,00	1 420 380,24	159 780,24	12,67%
Gastos de depreciação e amortiz.	66 000,00	66 422,55	422,55	0,64%
Outros gastos e perdas	3 000,00	7 797,82	4 797,82	159,93%
Gastos e perdas de financiamento	10,00	0,45	-9,55	-95,50%

RBM
M.
40
77

II - Análise financeira

- a) Da análise do balanço e em função do resultado negativo obtido verifica-se que o rácio de autonomia financeira relativo ao exercício em análise baixou para 0,44 que compara com 0,84 do exercício anterior.
- b) Os Resultados transitados apresentam o valor de 931 696,37 euros, representando um acréscimo de 0,96% em relação ao ano anterior. O acréscimo verificado relaciona-se com a proposta de aplicação dos resultados positivos do exercício anterior, no valor de 8 908,23 euros.
- c) De acordo com as demonstrações financeiras verifica-se que o resultado líquido do exercício é negativo em 165 801,91 euros, representando uma quebra de 174 710,14 euros, relativamente ao exercício anterior.
- d) O resultado líquido dos últimos dois exercícios tem a seguinte composição:

Rubricas	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Resultados antes de juros imp. amort.	-99 344,45	83 832,04	-183 176,49	-218,50%
Resultados antes de juros e impostos	-165 767,00	9 030,24	-174 797,24	-1935,69%
Resultados antes de impostos	-165 767,45	9 041,36	-174 808,81	-1933,43%
Imposto sobre o rendimento	34,46	133,13	-98,67	-74,12%
Resultado líquido	-165 801,91	8 908,23	-174 710,14	-1961,22%

- e) Importa salientar que da análise dos rendimentos e ganhos versus gastos e perdas se infere que os rendimentos e ganhos cresceram 4,48%, e os gastos e perdas cresceram 12,72%, quando comparado com o exercício anterior. De referir que a RMMG revela uma taxa de crescimento em 2022 de 45,36%, quando comparado com 2013; enquanto

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de França

as participações cresceram 29,91%. Acresce que a Circular de orientação técnica n.º 4, de 16 de Dezembro de 2014, não permite o ajustamento das mensalidades quando existem sinais exteriores que indiciam inequivocamente a existência de rendimentos superiores aos declarados para efeitos de cálculo das mensalidades, nem permite ajustamentos extraordinários e pontuais no caso de pressão inflacionária.

PBM
#

Dívidas ao Estado e a outros entes públicos

A Instituição não tem dívidas ao Estado nem à Segurança Social ou a outros entes públicos.

Mensalidades e outros créditos em mora

Durante o ano de 2022 o valor total das mensalidades e outros créditos em mora aumentaram 9,44%, refletindo a dificuldade das famílias num período de dificuldades económicas e sociais, continuando o Centro a evidenciar dificuldades de cobrança.

A composição dos valores em mora a 31 de Dezembro é a seguinte:

A Direção está ciente do problema e continua a acompanhar a evolução dos valores em mora, tendo conseguido, com o apoio do assessor jurídico, alguns acordos de pagamento.

A referência multibanco está a funcionar em pleno.

Proposta da aplicação do resultado

A Direção propõe que o resultado negativo obtido no exercício de 2022, no valor de 165 801,91 euros, seja transferido para a conta de “Resultados transitados”.

A terminar a Direção expressa:

Voto de agradecimento para todos os amigos e entidades que se relacionaram com a Instituição.

Voto de pesar pelo desaparecimento de utentes e amigos da Instituição que deixaram a nossa companhia durante o ano.

Voto de agradecimento aos trabalhadores, colaboradores e voluntários que de forma desinteressada contribuíram para o engrandecimento da Instituição, recordando aos que assim não procederam que devem seguir o exemplo.

Lisboa, 11 de Maio de 2023

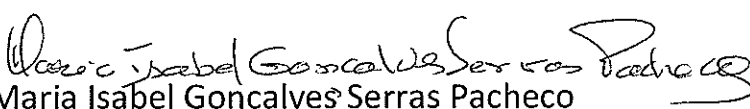
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Penha de França

A Direção

Presidente:


Padre Bartolomeu Teixeira da Mota

Vice-Presidente:

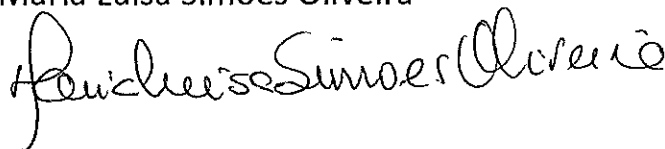

Maria Isabel Gonçalves Serras Pacheco

Secretário:


António Marques Lopes Ferreira

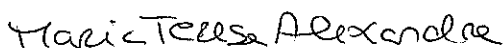
Tesoureiro:

Maria Luísa Simões Oliveira



Vogal:

Maria Teresa Tomás dos Santos Alexandre



ANEXOS

Cópia da ata da aprovação de contas

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Balanço

Demonstração de resultados

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PENHA DE FRANÇA

Rua Francisco Pedro Curado, 1. 1170-139 Lisboa

Livro de Actas da DirecçãoFolha – 9 –

Ata n.º 6/2023

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, reuniu pelas quinze horas e trinta minutos, nas suas instalações sitas em Lisboa, na Rua Francisco Pedro Curado, número 1, a Direcção do Centro Social Paroquial Penha de França, titular do NIPC 500846782, encontrando-se presentes os seguintes membros a saber: Rev.º Pe. Bartolomeu Teixeira da Mota, Maria Isabel Gonçalves Serras Pacheco, António Marques Lopes Ferreira, Maria Luísa Simões Oliveira e Maria Teresa Tomás dos Santos Alexandre.

Assumiu a direcção dos trabalhos o Rev.º Pe. Bartolomeu Teixeira da Mota, que tendo verificado existir quórum para que a Direcção validamente reunisse e deliberasse sobre a Ordem de Trabalhos, procedeu à leitura da mesma que de seguida se transcreve: -----

Ponto Um – Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2022. -----

Ponto Dois – Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2022. -----

Entrando no ponto um da Ordem de Trabalhos, o Sr. Padre Bartolomeu usou da palavra para referir o difícil ano de 2022, que tendo começado por aparentar ser um ano de retoma, acabou por se tornar num tormento, sendo prova disso os resultados negativos que atingiram um valor nunca esperado pela Direcção e que nos causam tanto receio e preocupação, tendo presente que o Centro, em clima de pressão inflacionária, como foi o caso do exercício de 2022, não pode ajustar as receitas para mitigar os efeitos dos aumentos constantes no lado dos gastos. A juntar a este contexto não podemos esquecer a dificuldade nas cobranças devido ao empobrecimento das famílias. -----

O Sr. Padre Bartolomeu exortou a Direcção a nunca desistir da missão assumida pelo Centro e, seguidamente, colocou o Relatório de Gestão e as Contas à votação, tendo sido recolhida unanimidade na aprovação dos documentos referidos. -----

Passando ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, o Sr. Padre Bartolomeu continuou no uso da palavra para colocar à aprovação dos presentes a proposta constante do Relatório de Gestão para aplicação dos resultados, transferindo para a conta de

resultados transitados o prejuízo verificado de 165.801,91 euros (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e um euros e noventa e um cêntimos), tendo obtido a aprovação por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os membros presentes da Direção. -----

Presidente: P. Bartolomeu Peta

Vice-Presidente: R. Isabel Gonçalves Ferraz Pacheco

Secretário: António Augusto Lopes

Tesoureiro: F. Cleusa Simões Oliveira

Vogal: Maria Teresa Alexandre

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

I – APRESENTAÇÃO

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade fiscalizadora e no cumprimento do mandato que lhe está confiado, vem apresentar o seu Relatório e Parecer e dar conta dos trabalhos realizados com vista à formulação de uma opinião independente e fiável sobre as Contas Sociais do Centro Social e Paroquial da Penha de França, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas e apresentadas sob a direta responsabilidade da Direção do Centro Social.

II - ÂMBITO E CONSIDERAÇÕES GERAIS


Procedeu-se à análise do Balanço anual e das correspondentes Demonstrações de Resultados por natureza, dos mapas de Fluxos de Caixa e respetivos anexos às Demonstrações Financeiras, bem como dos Balancetes da contabilidade geral e por centros de custo.

Teve-se também em conta, os comentários do Relatório de Gestão de 2022 e os esclarecimentos prestados pela Direção do Centro Social sobre diversos aspetos da área contabilística e Financeira da instituição.

O Conselho Fiscal procurou, sempre que tal foi possível aos seus membros, estar presente nas reuniões mensais da Direção do Centro, para assim estar ao corrente das decisões tomadas superiormente e conhecer os problemas que afetaram a Instituição e a sua gestão ao longo do ano em apreço.

Como sabemos, o ano de 2022 trouxe uma melhoria no contexto social e sanitário (retorno da convivência social) que não teve uma correspondência plena no lado económico. Com efeito, o aumento do custo de vida condicionou a atividade económica ao reduzir o poder de compra das famílias, afetando conseqüentemente os níveis de rentabilidade de grande parte das empresas e instituições.

Como se infere do Relatório de Gestão, terá sido a inflação a principal causa do prejuízo contabilístico registado nas contas do Centro, devido ao efeito conjugado do aumento dos preços dos bens e serviços e da perda de rendimentos das famílias. Com efeito, a nível das contas do Centro Social, os efeitos inflacionários foram mais sentidos na componente da despesa do que no lado dos rendimentos. A título ilustrativo, citam-se os “Gastos com o pessoal” que tiveram um incremento de 24%, relativamente ao ano anterior.

1 

III - COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

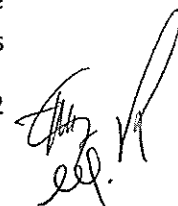
Assim, face ao que antecede e em resultado do trabalho realizado, entendemos reportar e recomendar o seguinte:

1. O Centro Social encerrou o exercício económico com um prejuízo no montante de 165.801,91€ (Cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e um euros e noventa e um cêntimos), enquanto em 2021 tinha registado um resultado positivo de 8.908,23€ (Oito mil, novecentos e oito euros e vinte e três cêntimos).
2. Embora se aponte a inflação como a principal causa do resultado negativo em 2022, o Centro passou nos últimos anos por um ciclo de prejuízos acumulados que apontam para um problema mais profundo. Com efeito, há um desequilíbrio estrutural persistente entre o nível de rendimentos gerados e os custos inerentes ao nível da atividade e serviços que o Centro Social quer prestar à Comunidade. A média anual dos prejuízos nos últimos doze anos é de 43.934,38€.
3. Como consequência deste resultado negativo, o valor dos Fundos Patrimoniais, no final do ano, apresenta uma redução de cerca de 16%, relativamente ao ano anterior. Paradoxalmente, e no mesmo período, os ativos monetários aumentaram o seu valor em 15%. Mas, tal facto, deve-se ao efeito de diferimento de dívidas de curto prazo, como evidencia o crescimento de 17% que o Passivo Corrente sofreu relativamente a 2021.
4. Constata-se, mais uma vez, a persistência do saldo elevado da conta de Clientes (85.965,47€). Além de denunciar eventuais dificuldades das famílias em cumprirem as suas obrigações financeiras, como a própria Direção do Centro salienta no seu Relatório anual, indicia também deficiências ou lacunas no funcionamento dos serviços do Centro na área de cobranças, que seria bom que fossem corrigidas com a celeridade que a questão exige.
5. A nível das receitas, regista-se com agrado o montante de 33.385,52€, recebido de particulares e empresas a título de doações e mecenato, pois sem o seu o contributo o prejuízo deste ano seria da ordem dos duzentos mil euros.

IV – CONCLUSÕES

Assim, tendo em conta os comentários e as recomendações apresentadas, e considerando:

- a) Que a Direção do Centro Social está consciente da necessidade urgente de sanear a conta de clientes, de apurar o valor das imparidades implícitas e de, em simultâneo, implementar medidas e procedimentos que melhorem o funcionamento dos serviços na área de cobranças aos utentes.
- b) Que a Direção do Centro está também consciente do desequilíbrio estrutural entre rendimentos e custos da Instituição e da necessidade de adoção de medidas que corrijam esta preocupante situação. E que está igualmente ciente de que essas medidas



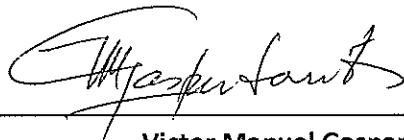
só se podem concretizar ou por um ajustamento realista da despesa à receita ou, eventualmente, pela captação de apoios junto de beneméritos.

O Conselho Fiscal manifesta a opinião, com a ressalva das imparidades por apurar da conta de Clientes, de que as Contas Sociais e o Relatório de Gestão de 2022, apresentam adequada e apropriadamente, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira e patrimonial do Centro Social e que estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, pelo que estão em condições de serem aprovadas, tal como a aplicação de resultados proposta pela Direção do Centro.

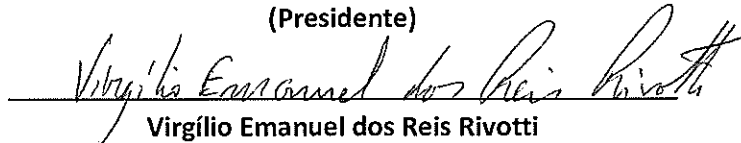
A finalizar, manifestamos à Direção e aos Serviços do Centro o nosso apreço pelo trabalho realizado e expressamos a nossa gratidão pela colaboração e apoio que nos dispensaram ao longo do ano.

Aos beneméritos, benfeitores, voluntários e amigos que colaboraram no cumprimento da missão do Centro Social, bem como às entidades singulares e coletivas com quem o Centro se relaciona manifestamos os nossos agradecimentos e apresentamos os nossos cumprimentos.

Lisboa, 31 de Maio de 2023



Victor Manuel Gaspar Santos
(Presidente)



Virgílio Emanuel dos Reis Rivotti
(Secretário)



Ernestina da Conceição dos Santos F. Pinheiro Farias Martins
(Vogal)

Balço em 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rubrica	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1.468.908,92	1.525.043,29
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		8.437,69	7.929,40
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Total ativo não corrente		1.477.346,61	1.532.972,69
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber		85.965,47	86.047,42
Estado e outros entes públicos		2.116,07	915,39
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos		10.330,83	8.934,74
Outros ativos correntes		5.263,12	12.238,76
Caixa e depósitos bancários		391.259,53	339.043,03
Total ativo corrente		494.935,02	447.179,34
Total ativo		1.972.281,63	1.980.152,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		104.962,72	104.962,72
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		931.696,37	922.788,14
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		(165.801,91)	8.908,23
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		870.857,18	1.036.659,09
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		53.477,24	79.249,77
Estado e outros entes públicos		38.681,69	27.911,89
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		706.785,01	706.785,01
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		94.860,09	
Outros passivos correntes		207.620,42	129.546,27
Total passivo corrente		1.101.424,45	943.492,94
Total passivo		1.101.424,45	943.492,94
Total fundos patrimoniais e passivo		1.972.281,63	1.980.152,03

(Administração)

(Contabilista Certificado)

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2022

		(em euros)	
Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados		788.287,27	733.326,16
Subsídios, doações e legados à exploração		1.399.615,71	1.366.924,69
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(413.174,26)	(389.789,40)
Fornecimentos e serviços externos		(489.334,83)	(512.319,71)
Gastos com o pessoal		(1.420.380,24)	(1.145.437,79)
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		43.439,72	35.478,90
Outros gastos		(7.797,82)	(4.339,69)
Total resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		(99.344,45)	83.843,16
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(66.422,55)	(74.801,80)
Total resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		(165.767,00)	9.041,36
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(0,45)	
Total resultado antes de impostos		(165.767,45)	9.041,36
Imposto sobre o rendimento do período		(34,46)	(133,13)
Total resultado líquido do período		(165.801,91)	8.908,23

(Administração)

(Contabilista Certificado)

Fluxos de caixa de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rubrica	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		42407,47	-65964,85
Recebimentos de clientes e utentes		803120,52	740248,92
Pagamentos de subsídios		0	0
Pagamentos de apoios		0	0
Pagamentos de bolsas		-166,19	0
Pagamentos a fornecedores		-919389,94	-927196,08
Pagamentos ao pessoal		-861910,25	-781702,9
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-133,13	-99,2
Outros recebimentos/pagamentos		020892,95	902784,41
Fluxos de caixa das atividades operacionais		42407,47	-65964,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento		205,6	46,34
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0	0
Ativos intangíveis		0	0
Investimentos financeiros		-1834,38	-2008,91
Outros ativos		0	0
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2039,98	2055,25
Ativos intangíveis		0	0
Investimentos financeiros		1891,2	2044,13
Outros ativos		87,07	0
Subsídios ao investimento		0	0
Juros e rendimentos similares		61,71	11,12
Dividendos		0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento		205,6	46,34
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		9603,43	2853,75
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0	0
Realização de fundos		0	0
Cobertura de prejuízos		0	0
Doações		9603,43	2853,75
Outras operações de financiamento		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0	0
Juros e gastos similares		0	0
Dividendos		0	0
Reduções de fundos		0	0
Outras operações de financiamento		0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		9603,43	2853,75
Variação de caixa e seus equivalentes		5222,99	-63064,76
Caixa e seus equivalentes no início do período		339043,03	402107,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		391266,02	339043,03

Centro Social Paroquial Penha de França

Anexo

17 de Maio de 2023

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5	Ativos Fixos Tangíveis	16
6	Ativos Intangíveis	17
7	Locações	17
8	Custos de Empréstimos Obtidos	17
9	Inventários	18
10	Rédito	18
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	19
14	Imposto sobre o Rendimento	19
15	Benefícios dos empregados	19
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
17	Outras Informações	20
17.1	Investimentos Financeiros	20
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
17.3	Clientes e Utentes	21
17.4	Outras contas a receber	22
17.5	Diferimentos	22
17.6	Outros Ativos Financeiros	22
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	22
17.8	Fundos Patrimoniais	23
17.9	Fornecedores	23
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	23
17.11	Outras Contas a Pagar	24
17.12	Outros Passivos Financeiros	24
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	24
17.14	Fornecimentos e serviços externos	24

17.15 Outros rendimentos.....	25
17.16 Outros gastos.....	25
17.17 Resultados Financeiros	25
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	26

1 Identificação da Entidade

A “Centro Social Paroquial Penha de França” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída constituída sob a forma de Instituto Particular de Solidariedade Social, com estatutos publicados no Diário da República n.º 187, Série III, pp 17324, actualizados em 14 de Julho de 2015 em conformidade com o DL 172-A /2014 de 14 de Novembro, com sede em Lisboa, na Rua Francisco Pedro Curado, N.º1.

Tem como actividade apoio social com alojamento, para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Cooperar com as famílias mais carenciadas prestando um serviço de qualidade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	8 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	4 - 8
Outros Activos fixos tangíveis	4 - 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Não se aplica.

3.2.6 Investimentos financeiros

Não se aplica

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados

e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a

receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades

necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou

impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Não se aplica

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	573 249,28					573 249,28
Edifícios e outras construções	1 732 038,51					1 732 038,51
Equipamento básico	424 111,39			4 926,00		429 037,39
Equipamento de transporte	88 657,21					88 657,21
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	65 471,69					65 471,69
Outros Ativos fixos tangíveis	184 567,10					184 567,10
Total	3 068 095,18	0,0	0,00	0,00	0,00	3 073 021,18
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	883 348,75	32 655,36				916 004,11
Equipamento básico	401 463,84			-5 427,94		396 035,90
Equipamento de transporte	71 498,02	15 249,54				86 747,56
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	65 471,75					65 471,75
Outros Ativos fixos tangíveis	121 269,53	18 583,41				139 852,94
Total	1 543 051,89	66 422,55	0,00	0,00	0,00	1 604 112,26

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição
Não se aplica

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 492,55					27 492,55
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	27 492,55	0,00	0,00	0,00	0,00	27 492,55
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	27 492,55					27 492,55
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A Entidade não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A entidade não tinha empréstimos obtidos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	413 174,26	0,00	0,00	389 789,40	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	413 174,26	0,00	0,00	389 789,40	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				413 174,26			389 789,40
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	788 287,27	797 326,16
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	61,71	11,12
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	788 348,98	797 337,28

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não houve.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
	1 399 615,71	1 366 924,69
Apoios do Governo		
Total	1 399 615,71	1 366 924,69

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 34,46€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2022	2021
IRC Liquidado	34,46	133,13
Tributação Autónoma		
Total	34,46	133,13

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos no período de 2022 foram:

Presidente: Pe. Bartolomeu dos Mártires Furtado Mendonça Teixeira da Mota

Vice-presidente: Maria Isabel Gonçalves Serras Pacheco

Secretário: António Marques Lopes Ferreira

Tesoureiro: M^a Luísa Simões de Oliveira

Vogal: Maria Teresa Tomás dos Santos Alexandre

Os órgãos directivos não são remunerados, encontrando-se em regime de voluntariado.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 94 e em 31/12/2021 foi de 87.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 140 567,17	917 161,52
Benefícios Pós-Emprego	0,00	25,00
Indemnizações	2 000,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	252 698,19	201 441,43
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	20 701,01	18 505,57
Gastos de Ação Social	3 748,16	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	665,71	8 304,27
Total	1 420 380,24	1 145 437,79

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	6 672,47	6 164,18
Outros investimentos financeiros	1 765,22	1 765,22
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	8 437,69	7 929,40

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	85 965,47	86 047,42
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	85 965,47	86 047,42

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2022	2021
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,0
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	27 300,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	18 191,43	0,0
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	18 191,43	27 300,00

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
	10 330,83	8 934,74
Total	10 330,83	8 934,74
Rendimentos a Reconhecer		
	94 860,09	
Total	94 860,09	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2022	2021
Fundo Compensação Trabalho	8 437,69	6 164,18
Fundo Reestruturação Setor Solidário	1 765,22	1 765,22
Total	10 202,91	7 929,40

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	4 100,00	2 000,00
Depósitos à ordem	285 569,38	235 452,88
Depósitos a prazo	101 590,15	101 590,15
Outros		
Total	391 259,53	339 043,03

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	104 962,72	0,00	0,00	104 962,72
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	983 468,67	8 908,23	0,00	992 376,90
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	706 785,01	0,00	0,00	706 785,01
Total	1 795 216,40	0,00	0,00	1 804 124,63

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	53 477,24	79 249,77
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	53 477,24	79 249,77

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	34,46	133,13
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 812,54	1 223,74
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7 051,00	5 137,50
Segurança Social	27 450,28	20 502,13
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	37 348,28	26 996,50

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		3560,24
Total	0,00	0,00	0,00	3560,24

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

Descrição	2022	2021
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 364 719,06	1 336 742,58
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	34 896,65	30 182,11
Legados	0,00	0,00
Total	1 399 615,71	1 366 924,69

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	130 132,18	155 056,11
Serviços especializados	114 609,01	125 968,24
Materiais	37 087,49	48 350,58
Energia e fluidos	103 216,29	77 764,15
Deslocações, estadas e transportes	10 892,39	135,66
Serviços diversos	93 397,47	105 044,97
Total	489 334,83	513 319,71

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	164,10	2 303,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,09	2,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	9 581,34	17 723,05
Outros rendimentos	33 627,48	15 442,36
Total	43 378,01	35 467,78

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1 293,78	1 025,54
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	205,00
Outros Gastos	6 504,04	3 109,15
Total	7 797,82	4 339,69

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,45	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,45	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	61,71	11,12
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	61,71	11,12
Resultados Financeiros	61,26	11,12

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direcção em 15 de Maio de 2023.

Penha de França, 17 de maio de 2023

O Contabilista Certificado

A Direcção

Amã Patrícia Borges Gonçalves P. Bartolomeu Teixeira da Costa